

**Artigo de Pesquisa****PRODUÇÃO DO ESPAÇO E GESTÃO DE ORLAS COMO BENS  
COMUNS URBANOS EM BELÉM, PARÁ****Space production and waterfront management as urban common resources in  
Belém, Pará**

Maria Claudia Bentes Albuquerque<sup>1</sup>, Mário Vasconcellos Sobrinho<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade da Amazônia, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Belém/PA, Brasil. E-mail: [mariaclaudiabentes@gmail.com](mailto:mariaclaudiabentes@gmail.com)

 : <https://orcid.org/0000-0002-2796-3486>

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém/PA, Brasil. E-mail: [mariovasc@ufpa.br](mailto:mariovasc@ufpa.br)

 : <https://orcid.org/0000-0001-6489-219X>

Recebido em 06/04/2024 e aceito em 31/07/2024

**RESUMO:** Este artigo teórico-empírico tem como objetivo analisar o processo de produção do espaço e como este interfere na gestão urbana e no acesso às orlas de cidades enquanto bens comuns. Adota-se a perspectiva de Lefebvre (1981) sobre produção do espaço e a de Ostrom (2011) sobre bens comuns. Como referência empírica, utiliza-se a cidade de Belém, estado do Pará. Busca-se responder a seguinte pergunta: em que medida a produção do espaço nas orlas influencia a gestão urbana e o acesso ao bem comum? Utiliza-se método historiográfico, pesquisa bibliográfica e documental, abordagem qualitativa e interdisciplinar, de cunho analítico-descritivo. Os resultados apoiam a premissa de que os problemas urbanoambientais enfrentados por Belém, na atualidade, são derivados do processo de produção da cidade e das suas orlas. Conclui-se que inadequadas concepções teórico-políticas de planejamento e gestão de bens comuns urbanos, entre outros fatores, estão contribuindo para a reprodução de desigualdades e o aumento do apossamento privado dos espaços públicos que deveriam ser de uso coletivo, como as orlas, prejudicando, assim, o acesso livre, a apropriação coletiva e a gestão participativa do bem comum por diferentes agentes sociais.

**Palavras-chave:** Produção do espaço; Gestão urbana; Bens comuns; Orlas. Belém (PA).

**ABSTRACT:** This theoretical-empirical article aims to analyze the process of space production and how it interferes with urban management and access to the waterfronts of cities as common goods. The perspective of Lefebvre (1981) on the production of space and that of Ostrom (2011) on the common goods are adopted. As an empirical reference, the city of Belém, in the state of Pará, is used. The following question is sought to be answered: to what extent does the production of space in the waterfronts influence urban management and access to common goods? The study employs a historiographic method, bibliographic and documentary research, and a qualitative and interdisciplinary approach, with an analytical-descriptive nature. The results support the premise that the urban-environmental problems faced by Belém today are derived from the process of the city's and its waterfronts' production. It is concluded that inadequate theoretical-political conceptions of planning and management of urban common goods, among other factors, are contributing to the reproduction of

inequalities and the increase of private appropriation of public spaces that should be for collective use, such as waterfronts, thus harming free access, collective appropriation, and participatory management of common goods by different social agents.

**Keywords:** Space production; Urban management; Common goods; Waterfronts; Belém (PA).

**RESUMEN:** Este artículo teórico-empírico tiene como objetivo analizar el proceso de producción del espacio y cómo este interfiere en la gestión urbana y el acceso a las orillas de las ciudades como bienes comunes. Se adoptan las perspectivas de Lefèbvre (1981) sobre la producción del espacio y la de Ostrom (2011) sobre bienes comunes. Como referencia empírica, se utiliza la ciudad de Belém, en el estado de Pará. Se busca responder a la siguiente pregunta: ¿en qué medida la producción del espacio en las orillas influye en la gestión urbana y el acceso al bien común? Se utiliza método historiográfico, investigación bibliográfica y documental, enfoque cualitativo e interdisciplinario, de carácter analítico-descriptivo. Los resultados apoyan la premisa de que los problemas urbano-ambientales que enfrenta Belém en la actualidad se derivan del proceso de producción de la ciudad y de sus orillas. Se concluye que concepciones teórico-políticas inadecuadas de planificación y gestión de bienes comunes urbanos, entre otros factores, están contribuyendo a la reproducción de desigualdades y al aumento de la apropiación privada de los espacios públicos que deberían ser de uso colectivo, como las orillas, perjudicando así el acceso libre, la apropiación colectiva y la gestión participativa del bien común por diferentes agentes sociales.

**Palabras clave:** Producción del espacio; Gestión urbana; Bienes comunes; Orillas; Belém (PA).

## INTRODUÇÃO

A gestão de cidades situadas na zona costeira brasileira é um desafio crescente que requer constante articulação entre diferentes níveis de governo e a participação de diversos setores da sociedade, para a definição de políticas públicas integradas e sustentáveis. A zona costeira, unidade territorial reconhecida como patrimônio nacional pelo artigo 225, §4º, da Constituição da República de 1988, é a mais antiga faixa de urbanização do país (Loureiro Filho, 2018), por isso as cidades nelas localizadas enfrentam uma combinação de problemas urbanoambientais históricos e atuais.

As orlas de cidades costeiras desempenham um importante papel enquanto espaços de lazer, cultura, esporte e turismo, além de serem habitats ecológicos ricos e diversos. Tratam-se de espaços sobre os quais incidem diferentes interesses, formas de uso e de ocupação do solo, onde complexas e dinâmicas relações sociais são estabelecidas, ao longo do tempo, entre indivíduos, grupos sociais e instituições, interferindo na produção da cidade e na definição de políticas públicas.

A abordagem das orlas como bens comuns propicia um olhar inovador sobre a produção do espaço e enriquece o debate existente na literatura sobre gestão democrática de cidades, pois enfatiza a necessidade de apropriação coletiva dessas faixas, estimulando reflexões sobre como se pode compatibilizar diferentes interesses, muitas vezes antagônicos, em prol do desenvolvimento sustentável.

O conceito de bens comuns não é recente, uma vez que sua aplicação no campo das Ciências Sociais ocorre há pelo menos cinquenta anos. Os *commons* correspondiam, originalmente, a terras comunais compartilhadas pelos membros de uma comunidade,

em um contexto histórico que antecedeu a existência da propriedade privada e do sistema capitalista (Machado; Pereira, 2021).

O sentido de bens comuns apresenta, atualmente, diferentes acepções, em virtude da polissemia do termo. Bens comuns são, na clássica definição, um dos quatro tipos de bens econômicos, assim denominados porque são compartilhados por uma miríade de usuários. Nessa perspectiva, o uso que um indivíduo faz dos bens comuns, que são limitados e indivisíveis, subtrai o uso que potencialmente poderia ser feito por outros indivíduos, em alguma medida. Por esse motivo, tais espécies de bens são consideradas de difícil exclusão de usuários e de alta rivalidade de acesso (Albuquerque, 2022). A natureza dos bens comuns não se confunde com a dos bens públicos, tampouco com a dos bens privados. Trata-se de uma categoria *sui generis*.

Os primeiros estudos sobre gestão de bens comuns são atribuídos a Scott Gordon (1954), Garrett Hardin (1968) e Mancur Olson (1960) (Vasconcellos Sobrinho et al., 2016). Apesar da relevância dos aportes destes cientistas, o debate sobre este tema ganhou proeminência com a economista e cientista política Elinor Ostrom, que recebeu o prêmio Nobel de Economia, em 2009, pela obra intitulada *Governing the Commons: the evolution of institutions for Collective Action*, (Albuquerque, 2022).

Ostrom (2011) demonstrou que os membros de uma comunidade, ainda que sem um denso conhecimento técnico, poderiam se organizar espontaneamente para realizar a gestão coletiva de bens comuns de forma sustentável, sem que para tanto houvesse a necessidade de intervenção estatal ou de privatização, desde que presentes elementos agregadores da comunidade, como o diálogo, a confiança recíproca e a cooperação (Albuquerque, 2022). Sem refutar a possibilidade de coexistência de formas de autogestão com arranjos institucionais e formais, Ostrom apresentou um novo olhar sobre a gestão de bens comuns, abrindo caminho para outras ilações.

A abstração do significado de bens comuns, entendidos por Ostrom como recursos de propriedade compartilhada, favoreceram a sua reinterpretação e ampliação para além do que é natural, a exemplo dos bens artificiais e culturais. Em vista disso, conquanto se reconheça a importância do pensamento de Ostrom para o questionamento da racionalidade neoliberal e da dicotomia sobre formas de gestão, contribuições posteriores de Hard e Negri (2011) reposicionaram o debate sobre bens comuns, levando à construção conceitual de comum urbano.

Harvey (2014), em seguida, abordaria os bens comuns sob o enfoque da urbanização capitalista, evidenciando de que forma o sistema econômico dominante influencia na produção do espaço urbano, defendido por ele como um bem comum de todos os habitantes da cidade, obra de um processo histórico de construção social, não submetido à lógica de mercado. Harvey demonstrou que há uma relação entre acumulação de capital e estrutura espacial, a qual é assegurada por fortes relações de poder refratárias à democratização da gestão (Harvey, 2005).

Dardot e Laval (2017), ao revisitar e aprofundar o debate sobre os comuns, estabeleceram os alicerces filosóficos do comum enquanto princípio político. Para eles, o comum não estaria relacionado à noção de copertencimento, copropriedade ou copossessão, mas sim à co-atividade, pois somente a atividade prática humana

poderia gerar novos sujeitos coletivos e instituir coisas comuns, incluindo os espaços comunalizados pela prática social.

É neste ponto, precisamente, que se identifica uma aproximação no debate entre os comuns urbanos e a produção do espaço urbano, em especial quando se parte da concepção de Lefèbvre (1981) sobre a cidade como uma construção social, que questiona o espaço abstrato promovido pelo sistema econômico capitalista e concebido pelo planejamento tecnicista. O processo de produção dos espaços pela prática social é dinâmico e permeado por conflitos inerentes às relações humanas. Por conseguinte, o estudo da produção do espaço e da reprodução da cidade são fundamentais para que se possa compreender os desafios e as potencialidades relacionados à gestão de comuns urbanos.

Tendo em vista a problemática e os marcos teóricos trazidos à lume, este artigo busca responder a seguinte questão: em que medida a produção do espaço nas orlas influencia a gestão urbana e o acesso ao bem comum? Para esse fim, objetiva-se analisar o processo de produção do espaço e como este interfere na gestão urbana e no acesso às orlas da cidade enquanto bens comuns. Adota-se como referência a cidade de Belém, estado do Pará, visando compreender a dimensão empírica da discussão teórica sobre produção do espaço e gestão de bens comuns urbanos, no contexto de busca pela realização do desenvolvimento sustentável.

Em Belém (PA), na região amazônica, a gestão de orlas apresenta-se como emblemática para estudo porque tais espaços urbanos espelham um conjunto de temporalidades e de contradições decorrentes das diversas estratégias de uso e ocupação estabelecidas ao longo do tempo, desde a fundação da cidade no século XVII, que provocaram ou acentuaram alterações ambientais e disputas de interesses por acesso a espaços de interesse comum.

O artigo está organizado em quatro seções, afora Introdução, Materiais e Métodos e Conclusão. Na primeira seção, aborda-se a primeira fase do processo de produção do espaço nas orlas de Belém, compreendida entre o início da colonização portuguesa (1616) e o início da urbanização (1970).

Na segunda seção, discorre-se sobre a produção do espaço nas orlas no período de 1970 a 1994, quando ocorreu o adensamento da ocupação de Belém e um movimento de intervenção urbanística impulsionado por ações de reestruturação paisagística, que foram intensificadas entre os anos de 1995 e 2024, conforme demonstrado na terceira seção.

Na quarta seção, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa empírica realizada, evidenciando-se a situação de apropriação das orlas de Belém no início do século XXI. Por último, são delineadas as considerações finais e estabelecidos alguns direcionamentos para futuras pesquisas.

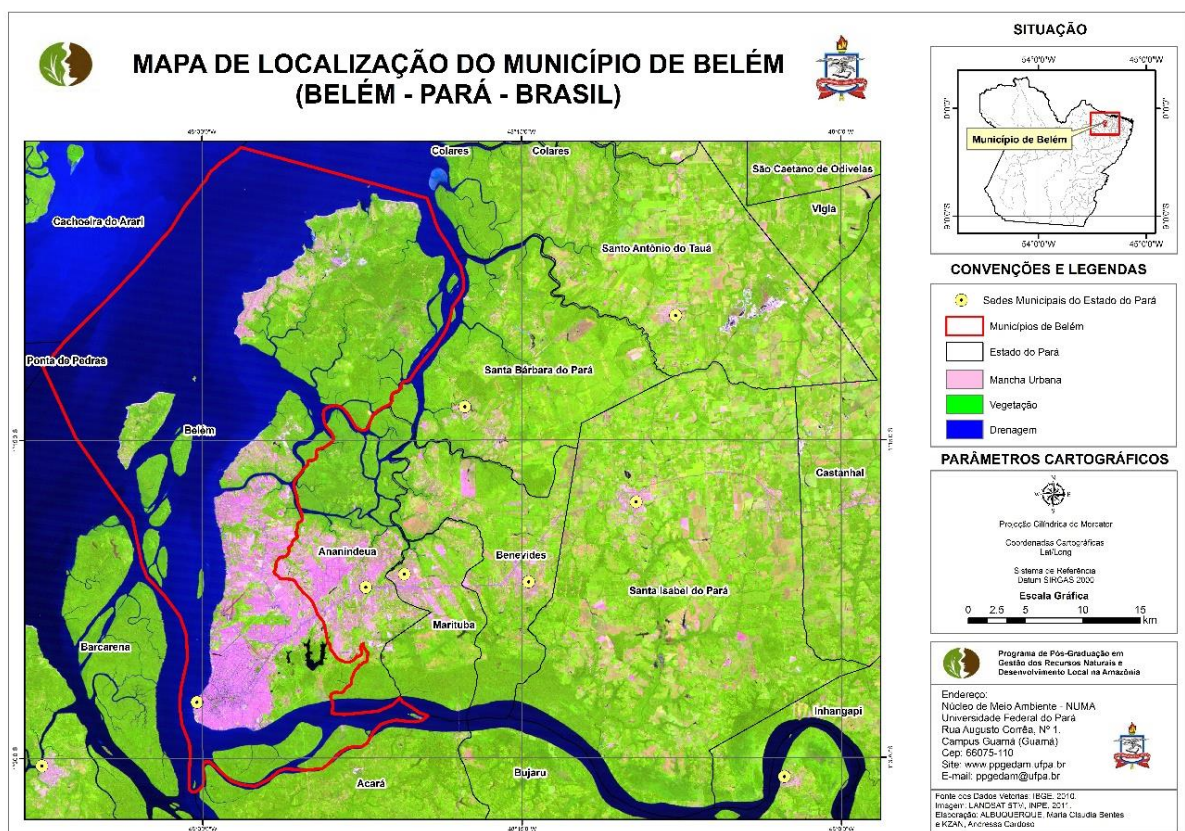
## **MATERIAIS E MÉTODOS**

A pesquisa realizada é classificada como bibliográfica e documental. Tem abordagem qualitativa, interdisciplinar e caráter analítico-descritivo.

Trata-se de um estudo baseado no método histórico-geográfico sobre a produção do espaço nas orlas de Belém (PA), no Brasil. Busca-se na memória da cidade fatos impressos na paisagem das orlas que se entrelaçam com a gestão urbana. O método escolhido é adequado para o objetivo estabelecido porque integra aspectos históricos e geográficos que propiciam uma compreensão holística do processo de produção das orlas da cidade, desde a sua fundação, no período colonial, até os dias atuais.

A cidade de Belém, demonstrada na Figura 1, é entrecortada por rios e igarapés que formam 14 bacias hidrográficas (Belém, 2020), integrando o delta do rio Amazonas. A capital do Pará é cercada pela Baía do Guajará a oeste; pelo Rio Guamá, ao sul; pelo Furo do Rio Maguari, ao norte, e à leste faz divisa com Ananindeua, integrante da Região Metropolitana de Belém.

Sua área territorial é de 1.059,466km<sup>2</sup> (IBGE, 2023), da qual a maior parte é insular (39 ilhas, ao longo de 329,96 Km<sup>2</sup> de área urbana e rural) e a menor parte (176,56 Km<sup>2</sup>) é continental (Belém, 2020). A população residente de Belém, predominantemente urbana, é de 1.303.403 pessoas (IBGE, 2023).



**Figura 1.** Mapa de localização do município de Belém (PA). **Fonte:** Albuquerque (2016).

O resgate espaço-temporal do processo de produção das orlas da cidade favorece a compreensão dos atuais problemas enfrentados pelo Poder Público e pela coletividade para a gestão do bem comum urbano, na medida em que permite conectar fatos contemporâneos a pretéritos que ainda estão marcados no cotidiano

de Belém (Abreu, 2016). Por esse motivo, utilizou-se a historiografia como método de investigação.

Tomou-se como marcos históricos de periodização as fases de urbanização e suas relações com as orlas que marcam a transição na cidade de Belém, dentro dos períodos elencados. O primeiro recorte abrange do período colonial até os anos de 1970, quando o processo de urbanização se intensifica em Belém. Apesar do período de urbanização ocorrer em concomitância ao projeto de industrialização em nível nacional, a indústria na Amazônia, em especial em Belém, de forma efetiva, só ocorre a partir dos anos de 1970.

O segundo recorte histórico, de 1970 a 1994, foi definido pelo processo de urbanização em que o Estado, planejador do desenvolvimento prioriza o uso do espaço das orlas para instalação de instituições públicas e estatais e concede benefícios e incentivos para instalação de estabelecimentos empresariais. O terceiro recorte histórico, entre 1995 e 2024 que marca um processo de renovação da cidade e das orlas sob o argumento de abrir “janelas para o rio” dentro de uma concepção de exploração turística dos espaços outrora utilizados como portos de escoamento da produção. Esse último recorte tem sua concepção em voga até os dias atuais.

Para revisão de literatura, fez-se pesquisa exploratória a partir de busca pelas palavras-chave produção do espaço OR produção do espaço urbano AND gestão AND bens comuns AND Belém AND orla, utilizando a base do *Google Scholar*. Os critérios aplicados para a filtragem de artigos científicos foram a área de interesse (Ciências Sociais Aplicadas), a qualidade do periódico (qualis B1 ou superior), o ano da publicação (últimos 10 anos) e a aderência dos trabalhos encontrados aos escopos da pesquisa. Além dos artigos científicos selecionados, foram incluídos na pesquisa livros clássicos e atuais encontrados em bibliotecas particulares.

Os materiais bibliográficos foram organizados por meio de planilhamento no *Excel* e, por fim, os dados foram analisados pela técnica da cartografia cognitiva, com apoio de *softwares* livres para a criação de mapas mentais.

## **1 O PROCESSO INICIAL DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS ORLAS DE BELÉM (1616 A 1970): DA FASE COLONIAL AO INÍCIO DA URBANIZAÇÃO**

Belém foi fundada no dia 12 de janeiro de 1616 por colonizadores lusitanos (Coelho, 2011, p. 22). A localização da cidade às margens de dois grandes rios (Rio Guamá e Baía do Guajará) revelou-se útil ao controle militar pela Coroa Portuguesa, por isso no vértice de onde era possível visualizá-los foi construído o Forte do Presépio, a partir do qual a cidade começou a ser ocupada (Araújo Júnior; Azevedo, 2012, p. 152), margeando os seus principais corpos d'água (Meira Filho, 2015, p. 264).

Segundo Almeida (2011, p. 2), na época colonial, a produção do espaço em Belém “[...] fundamentou-se na convicção de que era imperioso vencer as águas, submetendo-as aos planos de expansão da capital do Pará, nos quais ficaram estabelecidos os diversos traçados de ruas, estradas, travessas e largos”. A ocupação da cidade ocorreu, inicialmente, na forma de um “arco de quadrante” (leque aberto) e,

em seguida, por meio de “linhas troncos de crescimento horizontal”, no sentido norte-sul (Meira Filho, 2015, p. 318), dentro do que foi denominado Primeira Léngua Patrimonial.

Os rios tiveram uma função logística importante no que diz respeito à mobilidade de mercadorias e ao transporte de pessoas, já que a localidade era considerada de difícil acesso (Cardoso; Ventura Neto, 2013, p. 60). A primeira fase de expansão da cidade foi viabilizada pelas concessões de terras baseadas no sistema de sesmarias. Os terrenos devolutos, concedidos por enfiteuse, eram tanto em áreas afastadas dos rios quanto próximas. Até o século XIX, os cursos d’água e os igarapés da cidade eram comumente citados nos termos de aforamentos como elementos de apoio à localização dos terrenos.

Segundo Meira Filho (2015, p. 316), “[...] vem dessa época a abertura de novas vias, estradas e ruas que, pela natureza geográfica da cidade, seriam normais às bacias hidrográficas que a moldurava ao norte e ao sul”. Embora cause um estranhamento falar de planejamento baseado em zoneamento do solo no período colonial, a interpretação dos fatos históricos demonstra essa preocupação de organização das vias, estradas e ruas tomando a estrutura da natureza como marco organizacional.

No começo do século XX, após a fase colonial, foi criado, na orla da Baía do Guajará, o mercado do Ver-o-Peso que se tornou, de acordo com Vidal (2016, p. 26), “[...] um elemento marcante na paisagem urbana, adquirindo protagonismo como equipamento urbano, e também como espaço de múltiplas expressões culturais, sociais e econômicas”. O conjunto formado por mercado, porto e feira do entorno constituiu um dinâmico espaço de reprodução econômica e social da cidade, um vetor de desenvolvimento local.

O processo de urbanização de Belém teve início com o Ciclo da Borracha (1840 a 1920). Durante a *Belle Époque*, foi amplamente difundida a concepção de que os igarapés (pequenos braços de rios) que entrecortavam a cidade deveriam ser aterrados ou canalizados para permitir novas frentes de atividades econômicas e de expansão urbana (Almeida, 2011, p. 6).

Com o declínio da exploração gomífera na Amazônia, surgiram nas orlas do Distrito de Icoaraci diversas usinas de beneficiamento de produtos regionais, além de estaleiros de embarcações fluviais, curtumes e feiras (Dias; Silva, 2009, p. 5). A zona industrial cresceu impulsionada por incentivos fiscais e pela localização estratégica de estabelecimentos comerciais à beira rio (Trindade Júnior, 2016, p. 113).

A produção do espaço no Distrito de Mosqueiro, principal ilha de Belém, teve início pelas orlas norte e nordeste, onde fazendas agrícolas foram construídas ainda na época colonial. A urbanização insular foi impulsionada a partir das orlas oeste e sudeste, no final do século XIX (Furtado; Silva Junior, 2009, p. 1). Em 1975, com a construção de uma ponte que facilitou o trânsito entre ilha e continente, Mosqueiro passou a receber um maior fluxo de moradores e visitantes, o que causou profundas mudanças na dinâmica socioeconômica e na paisagem das orlas de suas praias de rios. As orlas da ilha de Cotijuba, terceira maior de Belém, também vem passando por

significativas mudanças em termos econômicos e socioterritoriais desde a década de 1990 (Carvalho; Guerra, 2003, p. 205).

No final da década de 1960, as orlas continentais e distritais de Belém já apresentavam expressiva ocupação por diversas edificações públicas e privadas cercadas (residências, portos, indústrias, comércios e prédios públicos civis e militares) que impediam o acesso livre às margens dos dois principais corpos d'água, como consequência do modelo lusitano de colonização. Pode-se dizer que esta primeira fase se caracteriza pela apropriação das orlas precipuamente como bem de uso privado ou exclusivista e dentro de funções específicas de ocupação.

## **2 A SEGUNDA FASE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO E URBANIZAÇÃO NA ORLA DE BELÉM (1970 A 1994)**

A partir da década de 1970, a malha urbana da cidade expandiu-se para além do chamado “cinturão institucional” – área às margens do Rio Guamá doada pela União para a construção de instalações militares, educacionais e científicas – adentrando na porção correspondente à Segunda Légua Patrimonial e contribuindo para o processo de metropolização de Belém (Trindade Júnior, 2016, p. 99).

A partir da segunda metade do século XX, as áreas de várzeas próximas ao centro da cidade começaram a ser espontaneamente ocupadas por moradias informais na zona urbana (Trindade Júnior, 2016, p. 105), a exemplo da orla do Portal da Amazônia. Tais espaços tornaram-se palcos de conflitos de interesses entre proprietários de terras, ocupantes e movimentos sociais de defesa do direito à cidade e do direito humano à moradia adequada.

Trindade Júnior (2016, p. 96) aponta que, entre as décadas de 1960 e 1990, houve um aumento populacional da cidade oriundo do êxodo rural; polarização terciária na Primeira Légua Patrimonial; *déficit* habitacional, de infraestrutura e serviços urbanos; realização de obras de macrodrenagem, saneamento e urbanização em áreas centrais ou próximas ao centro. A partir da década de 1990, o adensamento da ocupação da cidade foi acompanhado por um acelerado processo de verticalização que, inicialmente, concentrou-se em bairros elitizados do centro e, depois, deslocou-se para as orlas e suas imediações, provocando dispersão da população residente nas áreas de várzeas para bairros distantes do núcleo urbanizado (Trindade Júnior, 2016, p. 110).

A Figura 2 (A) ilustra o processo de adensamento construtivo que vem ocorrendo na direção oeste da cidade, nas orlas e adjacências da Baía do Guajará, onde se constata intensa verticalização em bairros mais bem dotados de infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços básicos.

A Figura 2 (B) evidencia que no sul da cidade, onde se localizam bairros periféricos próximos ao Rio Guamá, a paisagem também é marcada por adensamento construtivo, entretanto há pontual ocorrência de verticalização. A Figura 2 (C) demonstra o perfil diversificado das ocupações nas orlas continentais, enquanto a



Figura 2 (D) apresenta a tipologia mais comum das ocupações feitas por comunidades tradicionais e ribeirinhas residentes nas orlas insulares de Belém.

A Figura 2 (A) e (B) apresentam evidências de segregação socioespacial e de insustentabilidade urbana dentro da Primeira Léngua Patrimonial de Belém, na medida em que o processo de verticalização representa uma das principais formas de produção do espaço e apropriação privada do solo urbano. Os diferentes tipos de ocupações observáveis na Figura 2 (C) e (D), margens direita e esquerda da Baía do Guajará, demonstram como a dinâmica de agentes econômicos, especialmente imobiliários, tem impactado na produção do espaço da porção continental de Belém, em contraste com a situação de apropriação na porção insular.



**Figura 2.** A) Oeste de Belém, próximo à Baía do Guajará; B) Sul de Belém, próximo ao Rio Guamá; C) Perfil das ocupações na orla continental de Belém; D) Perfil das ocupações na orla insular de Belém. **Fonte:** Figuras A e B (Albuquerque, 2016); Figura C (Silva, 2016); Figura D (Melo, 2015).

Na década de 1990 teve início um movimento de intervenção urbanística ativado por discursos de reestruturação paisagística das orlas e de “[...] resgate” das origens ribeirinhas da cidade, o qual espelha diferentes lógicas de gestão do espaço urbano, formando “novas relações entre Belém e suas águas” (Ximenes, 2011, p. 99). Desde então, a paisagem dos rios vem sendo utilizada por agentes econômicos e estatais como um atrativo diferencial de empreendimentos privados e de espaços públicos fechados dedicados ao lazer e ao turismo que passaram a incorporar as águas como sofisticado elemento de contemplação e ornamentação. Esse processo de transformação urbana que limita o acesso ao bem comum urbano em benefício da propriedade privada é o que Harvey (2012, p. 84) denomina de desapropriação do direito à cidade.

A lógica do modelo de gestão estratégica que vem sendo aplicado na esfera pública consiste em produzir novos espaços para que, depois de concluídas as obras da intervenção urbanística, agentes econômicos sejam privilegiados, como já aconteceu no passado com ações realizadas nas bacias da Tamandaré e do Reduto – as quais, no contexto de preparação da cidade para a COP-30, voltaram a ser alvos de projetos de intervenção urbana promovidos pelo Poder Público Estadual - e como vem ocorrendo, nos dias atuais, nas bacias do Una, da Estrada Nova e do Tucunduba.

As ações de revitalização das orlas dos Distritos de Mosqueiro (década de 1980) e de Icoaraci (década de 1990) engendradas pelo Poder Público Municipal também provocaram grande valorização dos imóveis localizados à beira-rio e nas suas imediações.

Uma vez que os espaços são valorizados pela urbanização, a população residente é impelida a se deslocar para outras áreas periféricas da cidade, incluindo aquelas localizadas nas orlas de rios e igarapés da Segunda Léguas Patrimonial, mediante ocupação forçada ou espontânea, o que acaba pressionando o espaço e provocando o surgimento de um novo vetor de ocupação desordenada e de uma nova forma de segregação socioespacial (Ribeiro; Prost, 2003, p. 181-183).

Segundo Trindade Júnior (2005, p. 2), os principais agentes de produção dos espaços nas orlas de Belém, na contemporaneidade, são os estatais, que atuam de forma direta – por meio uso da orla por instituições governamentais e através das intervenções urbanísticas que promovem aberturas de “janelas para o rio” – e de forma indireta, mediante a concessão de benefícios e incentivos, para favorecer a instalação de estabelecimentos empresariais em determinados locais e por meio da edição de leis voltadas ao regramento das formas de uso e ocupação do solo urbano.

Os demais agentes de produção das orlas de Belém apontados por Trindade Júnior (2005) são: detentores dos meios de produção e comercialização de bens e serviços; grupos sociais excluídos (sem acesso formal à moradia) no processo de ocupação da cidade; proprietários de terras, que as utilizam apenas para especulação imobiliária; “agentes do circuito inferior da economia urbana”, que desenvolvem atividades econômicas informais ou com baixo investimento; “proprietários rentistas”, detentores de posses de imóveis que são alugados para a geração de renda; e proprietários de imóveis que os utilizam para moradia.

Acrescenta-se ao rol de agentes produtores do espaço o movimento social denominado Movimento Orla Livre. Este reúne entidades sem fins lucrativos e pessoas físicas engajadas em reivindicações populares pela desobstrução das orlas para usufruto dos espaços públicos de uso comum por todas as coletividades, mediante gestão integrada e participativa de múltiplos atores sociais.

O movimento começou a ser espontaneamente organizado em 2004 para, sob a concepção de gestão democrática da cidade, contestar a lógica de apropriação privada das orlas de Belém e demandar o uso social e ambientalmente justo do espaço urbano, em busca da apropriação coletiva do bem comum e do desenvolvimento sustentável.

Todos os agentes mencionados assumem um papel importante no que diz respeito à produção do espaço nas orlas de Belém, “[...] cujo sentido tem estreita relação com a importância do rio e da baía, seja do ponto de vista mais funcional, seja do ponto de vista mais simbólico” (Trindade Júnior, 2005, p. 2).

O exemplo da cidade de Belém evidencia que, à medida em que há um aprofundamento da lógica de desenvolvimento urbano baseado no crescimento econômico, ocorre uma aceleração da urbanização e um adensamento populacional que criam as bases para o surgimento ou o aumento das disputas entre diferentes agentes sociais pelo uso e pela ocupação do solo urbano. Tais disputas caracterizam-se pela mudança da relação com o espaço de orla que, aos poucos, assume valor de troca e o desenho de um espaço concebido pelo planejamento tecnicista, perdendo seus significados simbólicos relacionados ao seu valor de uso.

### **3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA ORLA DE BELÉM ENTRE 1995 E 2024: O BOOM DAS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS**

Entre os anos de 1995 e 2006, o projeto denominado Novo Pará impulsionou um processo de renovação das orlas de Belém sob gestão estadual, utilizando o recurso hídrico como estratégia de *marketing* para favorecer o mercado imobiliário. A concepção de desenvolvimento adotada era alicerçada em três eixos: turismo, agroindústria e mineração. A capital do Pará passou a receber vultosos investimentos públicos para a realização de obras de melhoria urbana que a tornassem um competitivo polo de lazer e turismo, atrativo a investimentos por meio de atributos locais. O modelo de gestão adotado pelo Governo do Estado era fundado nas premissas do planejamento e da gestão estratégica, focada mais na turistificação dos espaços reestruturados do que na democratização do acesso para a população.

Sob o argumento da necessidade de modernização da cidade e de abertura de “janelas para o rio” foram revitalizados espaços como o Complexo Turístico Estação das Docas (2000) – centro de turismo, lazer e cultura construído com base no modelo arquitetônico norte-americano *waterfront* (Trindade Júnior; Amaral; Santos, 2006, p. 72), mediante revitalização de antigos armazéns de ferro que eram utilizados pela Companhia Docas do Pará para abrigar cargas do porto – e o Núcleo Histórico Feliz Lusitânia (2002) – lugar por onde teve início a colonização portuguesa no século XVII – ambos na orla da Baía do Guajará.

A concepção de abertura de “janela para o rio” começou a ser difundida no final da década de 1980 e início da década de 1990. A expressão foi utilizada no artigo 144, III, do Plano Diretor de 1993 que previa o resgate de áreas da orla de Belém para uso coletivo, mediante criação de “janelas” para o Rio Guamá e a Baía do Guajará. As ocupações informais nas orlas passaram a ser vistas como causadoras de degradação ambiental e de óbices ao livre acesso da população, sujeitas por isso a remanejamentos e intervenções.

Seguindo a lógica da abertura de “janela para o rio”, o Governo do Estado também criou o Parque Naturalístico Mangal das Garças (2006), na orla do Rio Guamá (Rocha; Tavares, 2007, p. 13), cujo projeto paisagístico enfatiza aspectos da fauna, da flora e

do ecossistema amazônico (Ximenes, 2011, p. 105). O parque linear construído em terreno de várzea com vegetação de aningas foi o último da série de projetos de requalificação urbana promovidos pelo Governo do Estado do Pará, entre meados da década de 1990 e dos anos 2000 (Kliass, 2007, p. 320).

As mudanças promovidas pelo Governo do Estado exemplificam o que Harvey (2012, p. 81-82) denomina de destruição criativa, pois os espaços de orla revitalizados não favoreceram a formação de uma identidade urbana – entendida como o modo que as pessoas se identificam, se apropriam e constroem afetos e memórias associadas ao lugar – de cidadania e pertencimento, na medida em que constituem fragmentos fechados e vigiados, voltados essencialmente à prática do turismo, embora também sejam utilizados para fins de recreação e lazer.

Os modelos construtivos aplicados no Complexo Estação das Docas, Núcleo Histórico Feliz Lusitânia e Parque Naturalístico Mangal das Garças restringem o acesso e o usufruto do bem comum por toda a coletividade. Amaral (2005, p. 19) aponta que o Complexo Estação das Docas e o Núcleo Histórico Feliz Lusitânia espelham uma clara intenção de promover a cidade pelo *marketing* urbano (Santos, 2009, p. 107), utilizando para isso a ferramenta do urbanismo espetáculo. A adoção da concepção de “revitalização” significa o total estranhamento da população que ocupava tais áreas, considerando-as “sem vida” ou sem valor para a cidade.

No mesmo contexto de intervenções urbanas engendradas pelo Governo do Estado (final da década de 1990), o Poder Público Municipal também começou a investir na revitalização de fragmentos de orla da cidade. As reestruturações urbanísticas realizadas pelo Poder Público Municipal foram pontuais. Não existia, até o encerramento desta pesquisa comunicada neste artigo, nenhum projeto para a desobstrução progressiva e a integração de todas as orlas continentais de Belém.

Apesar disso, desde o início de 2024, a pretexto do melhoramento da cidade anunciada como a anfitriã da Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas - COP30 (2025), vem sendo executados, pelo Governo do Estado, novos empreendimentos públicos, como o Porto Futuro (Etapa II), a Nova Doca e a Nova Tamandaré, considerados pelos projetos técnicos como tipos de parques urbanos lineares, formando um corredor destinado a atividades de lazer e turismo em trechos urbanizados de orla.

Tais empreendimentos recentes se propõem a conectar espaços que vão da orla do Umarizal – bairro de alto padrão, conhecido por sua infraestrutura de qualidade e elevado valor imobiliário do solo – à orla do Jurunas, bairro periférico onde também ocorre a obra de duplicação da Avenida Bernardo Sayão, na Bacia da Estrada Nova, e que tem sido objeto de grande interesse econômico para a instalação de empreendimentos de impacto privados, situados no entorno do Centro Histórico tombado como patrimônio cultural, como supermercados e condomínios residenciais fechados. Além dos projetos em comento, encontra-se em processo de implantação, pelo Governo do Estado, a obra de macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, com remanejamento forçado de moradores na orla do Rio Tucunduba, no bairro da Terra Firme, e intensos conflitos de natureza ambiental, urbanística e fundiária.

O Poder Público Municipal, por sua vez, tem destinado esforços para a implantação, entre outros empreendimentos, de um parque urbano linear na orla do igarapé São Joaquim, na Bacia do Una, em áreas de baixada de Belém, baseado em projeto premiado no Concurso Público Nacional de Arquitetura da Paisagem (2022), concebido com uma interessante experiência de participação popular. Além disso, tem promovido uma nova revitalização da feira do Ver-o-Peso, em área contínua ao Complexo Estação das Docas, nas orlas dos bairros do Reduto e da Campina.

Próximo a esta área, o Complexo Ver-o-Rio, criado nos anos 2000, na orla da Baía do Guajará, no bairro do Umarizal, visava promover um resgate simbólico das origens ribeirinhas da cidade. As obras faziam parte do Plano de Reestruturação Urbana da Orla de Belém (PRO-BELÉM) que tinha, dentre os seus objetivos, redemocratizar os espaços de orla da cidade, proporcionar inclusão social, estimular atividades de educação ambiental, recreação e turismo, revitalizar a paisagem urbana e recuperar a qualidade ambiental, proporcionando maior qualidade de vida à população (Costa, 2013, p. 15).

Em 2005, a renovação urbana engendrada pelo Poder Público Municipal teve continuidade com uma intervenção na orla do Rio Guamá. A ação urbanística integrava o grande projeto urbano denominado Portal da Amazônia, formado por um subprojeto viário na orla, pelo subprojeto “Comportas” e, ainda, pelo projeto de urbanização, saneamento e macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova. Foi justificada por alegada necessidade de abrir uma nova janela para o rio, visando a criação de um espaço público de circulação, lazer e turismo que contribuiria para a geração de emprego e renda na área de influência do projeto (Pará, 2006). Apesar do discurso político, a melhoria das condições de moradia e o bem-estar dos ocupantes da orla, que já estavam na área desde a década de 1970, não foi considerada uma prioridade pelo projeto, tendo, por isso, causado e acentuado conflitos fundiários.

Parte da obra de 6.600 metros de extensão foi inaugurada em 2012, como se pode ver na Figura 3, entretanto o projeto orla do Portal da Amazônia foi paralisado por falta de recursos financeiros. O trecho implantado apresenta 1.500 metros no formato de uma alça viária que se projeta para fora do continente, executado mediante aterramento hidráulico da margem direita do Rio Guamá. De acordo com Ximenes (2011, p. 105), o projeto Portal da Amazônia “[...] representa o avanço do ideário do *waterfront* rumo à periferia próxima e também a aplicação, no setor de saneamento local, de tecnologias compreensivas da chamada engenharia ambiental [...]”.

Entre os anos de 2022 e 2024, a questão habitacional relativa aos moradores remanejados da orla foi retomada pela Prefeitura de Belém, por meio do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), contudo não foi dada continuidade ao projeto viário na orla do Portal da Amazônia que, se concluído, teria um percurso de 6 km entre o Mangal das Garças e a Universidade Federal do Pará.



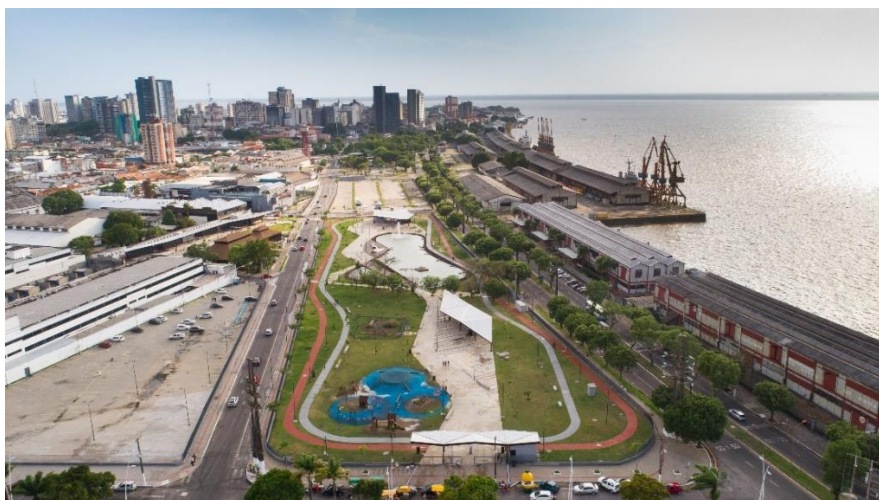
**Figura 3.** Orla do Portal da Amazônia. **Fonte:** Drone Norte (2021).

A diferença entre as intervenções que levaram à criação do Complexo Estação das Docas, da orla do Portal da Amazônia e do Complexo Ver-o-Rio é que esse último contou com participação popular em todas as fases da intervenção, valendo-se do Orçamento Participativo como instrumento urbanístico de gestão democrática da cidade, ao contrário da primeira e da segunda, que se basearam nas premissas da gestão estratégica para subordinar a cidade à lógica competitiva do *marketing* urbano, com foco no turismo. Na orla do Portal da Amazônia, parque linear baseado no modelo *waterfront*, o espaço é aberto e usado pela população para atividades de esporte, lazer e turismo.

No projeto do Complexo Ver-o-Rio, a orla foi concebida como bem comum urbano. No projeto do Complexo Estação das Docas, a orla foi concebida como um espaço fechado e sob vigilância, atraente a investimentos e ao turismo, em que o acesso e o uso ficaram restritos a quem pode pagar por lazer privado. A gestão, nesse caso, ocorre pelo Governo do Estado, denotando uma estreita relação entre as estratégias econômicas do mercado e a intervenção pública realizada.

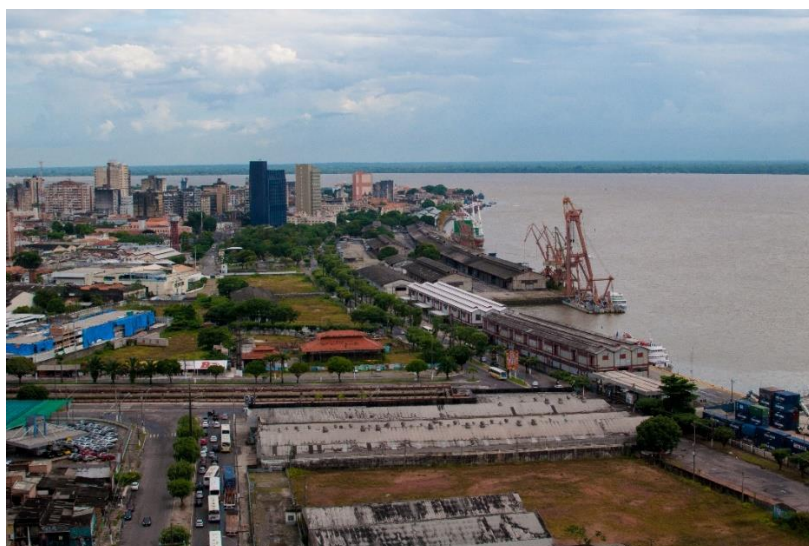
Em 2016, ano que Belém celebrou o seu 400º aniversário de fundação, uma nova intervenção urbana começou a ser planejada pelo Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, sob a retórica de modernização e revitalização da região portuária de Belém, visando transformar a orla em polo de desenvolvimento mediante recuperação da infraestrutura urbana, atração de investimentos e oferta de serviços.

O projeto Porto Futuro (Etapa I), cuja área de implantação é demonstrada na Figura 4, foi concebido com o objetivo de turistificação da orla da Baía do Guajará, à semelhança do que ocorreu na implantação do Complexo Estação das Docas.



**Figura 4.** Projeto Porto Futuro, na orla da Baía do Guajará. **Fonte:** Drone Norte (2021).

A Etapa II do projeto Porto Futuro, que também pode ser visualizada na Figura 4, a ser executada até a COP30 (2025), abrange sete armazéns transferidos pela Companhia Docas do Pará (CDP) ao Estado, visando o desenvolvimento, na antiga área portuária, de atividades econômicas de fomento à cultura, ao lazer e ao turismo, incluindo a construção de um hotel boutique. A Figura 5, abaixo, demonstra como era o espaço em 2014, antes da obra que foi inaugurada em 2020, no contexto da pandemia do Covid-19.



**Figura 5.** Área do Projeto Porto Futuro, antes da intervenção urbana. **Fonte:** Sette (2014).

Como se pode perceber, o modelo *waterfront*, baseado na criação da “orla-espetáculo”, avançou sobre Belém, inclusive sob espaços que já tinham sido requalificados, materializando mudanças por intervenções pontuais que concebem os bens comuns sob uma perspectiva de gestão centralizada e tecnicista, que promove a privatização, e não a apropriação coletiva das orlas e da cidade.

O discurso de melhoria da qualidade de vida da população, de geração de emprego e renda segue sendo utilizado para justificar novas intervenções que, paulatinamente, vão transformando o bem comum em vitrine e mercadoria, segundo uma lógica de desenvolvimento urbano às avessas, em que os protagonistas da produção do espaço são colocados à margem dos processos decisórios.

#### **4 SITUAÇÃO DE APROPRIAÇÃO DAS ORLAS DE BELÉM NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

As margens dos rios que cercam Belém constituíram importantes espaços de reprodução econômica e social durante todo o processo de formação da cidade, desde a fase colonial. Por quatro séculos, a estrutura de transporte da produção e pessoas na cidade ocorreu predominantemente pelas águas, fazendo com que as orlas fossem apropriadas quase que exclusivamente para esses fins, embora tenham ocorridos movimentos populacionais espontâneos do espaço durante o período colonial como aponta a literatura (Meira Filho, 2015).

A Figura 6 demonstra, a seguir, os usos predominantes das orlas continentais de Belém verificados no ano de 2015. A espacialização evidencia que poucas áreas urbanas estão atualmente com livre acesso e destinadas a usos coletivos, tais como orlas, praças, áreas verdes e parques (bens comuns). Também se percebe que os maiores usuários das orlas continentais de Belém (incluindo o Distrito de Icoaraci), são agentes público-estatais (edificações civis e militares, portos e órgãos públicos) e agentes particulares (indústrias, portos, comércios e residências), identificados por diferentes cores na legenda da Figura 6 (uso predominante).

Com base nos dados cartográficos fornecidos pela Figura 6, a Figura 7 demonstra a situação de apropriação das orlas continentais de Belém, em mais da metade dos bairros da cidade, revelando um dado que desperta atenção e que confirma a trajetória de produção da cidade: a maior parte das margens dos dois principais rios da cidade está sob uso de agentes privados. Em extensão, 53,8% (27,84 Km) das orlas continentais de Belém são usados de forma particular, ou seja, com restrição à coletividade. Do total, 19,8% (10,27 Km) correspondem a usos públicos especiais (áreas destinadas aos serviços da Administração Pública) e apenas 26,4% (13,69 Km) dos espaços de orla apresentam livre acesso para uso coletivo.

Ao serem cruzadas as evidências proporcionadas pela Figura 6 e Figura 7 com os dados obtidos pelo levantamento histórico-geográfico sobre a produção do espaço nas orlas de Belém, emerge a constatação de que existe uma tendência à diminuição da quantidade de espaços públicos de uso coletivo e, simultaneamente, ao aumento da apropriação privada das orlas urbanas.





**Figura 6.** Usos predominantes das orlas continentais de Belém (PA) em 2015. **Fonte:** Albuquerque (2016).



**Figura 7.** Situação de apropriação das orlas continentais de Belém (PA), em 2015. **Fonte:** Albuquerque (2016).

Os dados cartográficos verificados nas Figuras 6 e 7 apontam, ademais, que espaços fechados e particulares estão tendo preferência sobre os espaços abertos e públicos de uso coletivo. Esse quadro é um forte indicativo da existência de prejuízo à sustentabilidade urbana no sentido da democratização do bem comum. As consequências da lógica de apropriação privada podem ser vistas na reprodução dos espaços urbanos, onde cada vez mais estão surgindo, segundo (Harvey, 2012, p. 81-82), [...] “fragmentos fortificados, comunidades fechadas e espaços públicos privatizados mantidos sob constante vigilância”, que concebem a cidade e a qualidade de vida da população como mercadorias.

Estudo realizado por Castro (2003, p. 134) adiciona a esse cenário outra tendência que vem se manifestando nas últimas duas décadas: o direcionamento de novos contingentes populacionais para as orlas das ilhas, sobretudo em busca de lazer e turismo.

Os dados sobre aumento do apossamento dos espaços de orla revelam usos individuais excessivos, ineficiência de normas jurídicas sobre agentes privados e baixo poder de controle das atividades econômicas pelo Poder Público, que ora autoriza a obstrução das orlas, ora determina intervenções urbanísticas para desobstruí-las. Isso significa que a tomada de decisão política sobre acesso e uso de bens comuns urbanos vem sendo realizada de forma centralizada e conveniente aos interesses de agentes estatais e econômicos, os quais são assegurados por fortes relações de poder que se opõem à democratização da gestão da cidade e das suas orlas.

#### **4.1 INFLUÊNCIA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA GESTÃO DAS ORLAS DE BELÉM**

A despeito da existência de comércio e de alguma espontaneidade de ocupação nas margens dos rios por parte da população, constata-se que a trajetória de produção do espaço em Belém revela que as orlas da cidade, ao longo de quatro séculos, foram sendo apropriadas segundo os interesses de agentes estatais e econômicos, não tendo havido preocupação predominante com a destinação de áreas ao acesso e uso coletivos. Os fatos histórico-geográficos revisados evidenciam que Belém tornou-se uma cidade margeada por edificações públicas e privadas que bloquearam não só a visão dos dois principais rios que cercam a cidade (paisagem), mas quase todos os seus acessos por terra (Almeida, 2008, p. 89).

O modelo de gestão estratégica aplicado pelo Poder Público, sobretudo a partir da década de 1990, tem contribuído para agravar o quadro de apossamento privado dos espaços públicos de uso coletivo, na medida em que torna as orlas funcionais para o capital, por meio da ferramenta do *marketing* urbano e do ideário *waterfront*, copiando modelos estabelecidos em outras realidades.

Na gestão estratégica, a participação popular e a cooperação espontânea de múltiplos atores sociais não são estimuladas, já que não há efetiva preocupação do mercado com democracia e justiça social nas áreas urbanas. Não há promoção de democracia no sentido da cogestão e da coprodução da cidade, para tomada de decisão coletiva

sobre bens comuns urbanos em direção ao desenvolvimento sustentável, pois isso não é interessante à racionalidade neoliberal.

Subjacente ao discurso gerencial estratégico, percebe-se a intenção de permitir a apropriação privada dos espaços urbanos, por meio de redefinição do poder local à lógica de mercado, de despolitização dos cidadãos, de eliminação de conflitos sociais e do esvaziamento da participação popular (Vainer, 2000, p. 78).

As fortes relações de poder que permeiam os processos de produção e gestão do espaço geram grandes desafios à sustentabilidade urbana. Entre outros fatores, inadequadas concepções teórico-políticas de planejamento e gestão de bens comuns urbanos estão contribuindo para aumentar o quadro de apossamento privado dos espaços públicos de uso coletivo, prejudicando o acesso livre, a apropriação, o usufruto e a gestão do bem comum pela coletividade.

## CONCLUSÃO

Este artigo abordou, em termos teórico-conceituais, a relação entre produção do espaço e gestão de bens comuns urbanos. Considera-se que o estudo alcançou o seu objetivo, consistente em analisar o processo de produção do espaço e como este interfere na gestão urbana e no acesso às orlas de cidades enquanto bens comuns, respondendo, assim, a pergunta de pesquisa apresentada na Introdução.

Tendo as concepções de Lefèbvre (1981) sobre produção do espaço e de Ostrom (2011) sobre bens comuns como perspectivas epistemológicas de análise, discutiu-se que a abordagem das orlas como bens comuns urbanos propicia um olhar inovador sobre a produção do espaço em cidades situadas na zona costeira.

A contribuição trazida pelo presente artigo enriquece o debate existente na literatura sobre gestão democrática de cidades, pois coloca em holofote a necessidade de apropriação e gestão coletiva dos espaços de orla, estimulando discussões sobre como se pode compatibilizar diferentes interesses de múltiplos agentes sociais, muitas vezes antagônicos, em prol do desenvolvimento sustentável.

Como resultado da pesquisa empírica, verificou-se que as orlas de Belém (PA) mantiveram, ao longo de quatro séculos, função socioeconômica, ambiental e política importante ao desenvolvimento local, mas, desde a década de 1990, vem sendo alvos de intervenções urbanísticas concebidas para favorecer a reestruturação de áreas valorizadas pelo mercado imobiliário, destinadas pelo planejamento tecnicista, às práticas de lazer e turismo, mediante abertura de “janelas para o rio”, que tornam a cidade atrativa a investimentos de capital e tecnologia.

A partir de uma análise dos *frameworks* teóricos subjacentes à gestão de bens comuns e da literatura sobre produção do espaço, o estudo confirmou a premissa de que, no processo histórico-geográfico de formação da cidade, a maior parte das orlas continentais de Belém encontram-se sob uso de agentes privados, existindo tendência ao aumento da apropriação privada das orlas urbanas de Belém e ao direcionamento de novas ocupações privadas para as orlas insulares. Espaços fechados e particulares são maioria em relação aos espaços abertos e de uso comum.

Os resultados alcançados apoiam a premissa de que a redução dos espaços urbanos de livre acesso está relacionada, entre outros fatores, a inadequadas concepções teórico-políticas de planejamento e gestão de bens comuns urbanos, contribuindo para a reprodução de desigualdades e o aumento do apossamento privado dos espaços que deveriam ser de uso coletivo, como as orlas, prejudicando, assim, o acesso livre, a apropriação coletiva e a autogestão do bem comum por diferentes agentes sociais habitantes da cidade.

Conclui-se que, no começo do século XXI, novas frentes de expansão da cidade sinalizam para um crescimento da ocupação privada nas orlas continentais e insulares de Belém, impulsionadas, sobretudo, por interesses predominantes de agentes estatais e econômicos, constituindo grandes desafios à gestão urbana em bases democráticas e sustentáveis.

Tendo em vista o cenário em que se insere o debate ora estabelecido e as limitações metodológicas da pesquisa concluída, emergem alguns caminhos para pesquisas futuras. Seria interessante, por exemplo, a realização de estudos empíricos, longitudinais e interdisciplinares sobre o novo vetor de intervenção urbanística nas orlas, em curso na cidade, que foi intensificado a partir de 2024, sob a justificativa de preparação de Belém para sediar a COP30 (2025). Estas investigações podem fornecer *insights* sobre questões subdimensionadas dos projetos de desenvolvimento em execução, que ainda são pouco abordados na literatura sobre produção do espaço e gestão de bens comuns urbanos.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Fernando Sette, Elielson Silva, Luiz Renato Melo e Drone Norte pelas fotografias utilizadas neste trabalho.

Agradecemos ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela concessão de Bolsa de Produtividade de Mário Vasconcellos Sobrinho.

Agradecemos a CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão de recursos via projeto AUXPE 0792/2020 PDPG- Amazônia Legal.

## CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

**Concepção:** Maria Claudia Bentes Albuquerque e Mário Vasconcellos Sobrinho.

**Metodologia:** Maria Claudia Bentes Albuquerque. **Análise formal:** Mário Vasconcellos Sobrinho. **Pesquisa:** Maria Claudia Bentes Albuquerque. **Recursos:** Maria Claudia Bentes Albuquerque. **Preparação de dados:** Maria Claudia Bentes Albuquerque. **Escrita do artigo:** Maria Claudia Bentes Albuquerque e Mário Vasconcellos Sobrinho. **Revisão:** Maria Claudia Bentes Albuquerque e Mário Vasconcellos Sobrinho. **Supervisão:** Maria Claudia Bentes Albuquerque e Mário Vasconcellos Sobrinho. Todos os autores leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed., 4. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016, p. 19-39.

ALBUQUERQUE, M. C. B. **Gestão social de bens comuns urbanos no contexto da cidade justa, democrática e sustentável: o caso da orla do Portal da Amazônia, em Belém, Pará**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9571>. Acesso em: 21 jun. 2024.

ALBUQUERQUE, M. C. B. **Cidadania deliberativa na cidade democrática: bases para gestão social de comuns urbanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

ALMEIDA, C. M. R. de. Belém do Pará, uma cidade entre as águas: história, natureza e definição territorial em princípios do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, jul. 2011, São Paulo. **Anais [...]**. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300673503\\_ARQUIVO\\_ANPUH2011BelemdoParaumacidadeentreasaguas.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300673503_ARQUIVO_ANPUH2011BelemdoParaumacidadeentreasaguas.pdf). Acesso em: 21 jun 2024.

ALMEIDA, J. M. de L. O' de. **Terrenos de Marinha: proteção ambiental e as cidades**. Belém: Paka-Tatu, 2008.

AMARAL, M. D. B. **A guerra das águas: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005. Disponível em: [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/1972/1/Dissertacao\\_GuerraAguasConcep%C3%A7%C3%B5es.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/1972/1/Dissertacao_GuerraAguasConcep%C3%A7%C3%B5es.pdf). Acesso em: 21 jun 2024.

ARAÚJO JÚNIOR, A. C. R.; AZEVEDO, A. K. A. de. Formação da cidade de Belém (PA): área central e seu papel histórico e geográfico. **Revista Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 151-168, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2094>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BELÉM. **Anuário Estatístico do Município de Belém 2020**. Belém: Secretaria Geral de Coordenação do Planejamento e Gestão, 2012. Disponível em: <https://anuario.belem.pa.gov.br/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CARDOSO, A. C. D.; VENTURA NETO, R. da S. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. **Revista Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 55-75, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/15816>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CARVALHO, V. R. V. de; GUERRA, G. A. D. Ruralidade na capital do estado do Pará e mudanças na ilha de Cotijuba. In: ARÁGON, L. E. (org.). **Conservação e**

**desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos.** Belém: UFPA/NAEA, 2003, p. 199-214.

CASTRO, E. Mudanças no estuário amazônico pela ação antrópica e gerenciamento ambiental - Projeto MEGAM. In: ARÁGON, L. E. (org.). **Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos.** Belém: UFPA/NAEA, 2003, p. 125-146.

COELHO, M. C. **A fundação de Belém.** 1. ed. Belém: Estudos Amazônicos, 2011.

COSTA, M. J. B. **Gestão de orla urbana e turismo sustentável:** reflexões e proposições a partir do projeto do Complexo Ver-o-Rio em Belém (PA). 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4495>. Acesso em: 21 jun. 2024.

DIAS, M. B.; SILVA; M. de J. B. da. O distrito de Icoaraci e sua inserção no contexto urbano e regional amazônico. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 12, abr. 2009, Montevideu. **Anais [...]**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/22.df>. Acesso em: 21 jun. 2024

FURTADO, A. M. M.; SILVA JÚNIOR, O. da C. Impactos ambientais do desmatamento e expansão urbana na ilha do Mosqueiro (Belém-Pará-Brasil). In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 12, abr. 2009, Montevideu. **Anais [...]**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Impactoambiental/41.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

HARDT, M.; N., A. **Commonwealth.** Cambridge, Mass: Harvard Press, 2011.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Carmargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. O direito à cidade. Tradução de Jair Pinheiro. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497/13692>. Acesso em: 21 jun. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2022:** cidades e estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/belem.html>. Acesso em: 21 jun. 2024.

KLIASS, R. Projeto Mangal das Garças em Belém do Pará. In: TÂNGARI, V. R. et al. (org.). **Águas urbanas:** uma contribuição para regeneração ambiental como campo disciplinar integrado. 1. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 2007, p. 319-327.

LEFÉBVRE, H. **La production de l'espace.** Paris: Anthropos, 1981.

- LOUREIRO FILHO, L. da S. **O município e a zona costeira urbana**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018.
- MACHADO, N. R. C.; PEREIRA, J. R. Bens comuns, direito de propriedade e gestão: um estudo bibliométrico. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 19, p. 359-373, jan./dez. 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/contextus/article/view/71820>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- MEIRA FILHO, A. **Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história (1616-1823)**. 2. ed. rev. aum. Belém: M2P Arquitetura e Engenharia, 2015.
- OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. 29 ed. Nova York: Cambridge University Press, 2011.
- PONTE, J. P. X. **A orla de Belém: intervenções e apropriação**. 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/JulianoXimenesPonte.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.
- RIBEIRO, K. D.; PROST, C. Problemas socioambientais em rios urbanos na cidade de Belém. In: ARÁGON, L. E. (org.). **Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos**. Belém: UFPA/NAEA, 2003, p. 177-198.
- ROCHA, G. O. R. da; TAVARES, M. G. da C. **Ações de turistificação pelos planejadores territoriais em uma cidade amazônica: o caso de Belém/Brasil**. First International Conference of Young Urban Researchers: 2007. Disponível em: <http://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=118&print=1&cf=3>. Acesso em 21 jun. 2024.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- SARGES, M. de N. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.
- TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. da. Entre o público e o privado: agentes e estratégias de apropriação do espaço na orla fluvial de Belém-Pará (Brasil). **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. v. IX, n. 194, 1 ago. 2005. Universidad de Barcelona, 2005. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-19408.htm>. Acesso em: 21 jun. 2024
- TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. da. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2016.
- TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. da; AMARAL, M. D. B.; SANTOS, E. R. C. Estado, políticas urbanas e gestão do espaço na orla fluvial de Belém. In: CASTRO, E. (org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006, p. 59-84.
- VASCONCELLOS SOBRINHO, M. et al. Common Resources Management and Social Management: theoretical and conceptual distinctions and approaches. International Conference of the International Society for Third Sector Research.



2016, Ersta Sköndal University College, Stockholm, Sweden. **Anais** [...]. Stockholm, 2016. Disponível em:

[http://c.ymcdn.com/sites/www.istr.org/resource/resmgr/Stockholm\\_Abstracts/Emerging\\_2016\\_Abstracts.pdf](http://c.ymcdn.com/sites/www.istr.org/resource/resmgr/Stockholm_Abstracts/Emerging_2016_Abstracts.pdf). Acesso em: 25 jun. 2024.

VIDAL, C. C. P. Os mercados públicos e a história da cidade: Belém no final do século XIX e início do século XX. In: LEITÃO, W. M. (org.). **Ver-o-Peso**: estudos antropológicos no mercado de Belém, Volume II. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2015, p. 17-37.

XIMENES, J. Cidade e água no estuário guajarinó: waterfront, porto, ambiente urbano e recursos hídricos. In: SILVA, L. de J. D.; PONTE, J. P. X. (org.).

**Urbanização e ambiente**: experiências de pesquisa na Amazônia Oriental. Belém: Paka-Tatu, 2011, p. 89-122.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0

